

## ASSIGNATURAS

Por um anno .....	10\$000
Por seis meses .....	5\$600
Por tres meses .....	3\$000
Avulso por folha .....	\$040
Anuncios, por linha .....	\$060

A correspondência official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondência das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

Por um anno .....	12\$000
Por seis meses .....	6\$500
Por tres meses .....	3\$600
Comunicados e correspondencias, por linha .....	\$060

A correspondência das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignatura da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

# DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ



Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECCÃO GERAL DOS PROPRIOES NACIONALES

VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES

NA POSSE E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS

DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1832,

DECLARADO PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1837,

COM APLICACÃO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vão andar em praça os fóros constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metalleica, e tres quartas partes em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagarem em prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e accitando letras pelas restantes, a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsaveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça, a que os fóros serão levados, bem como inhibidos de lançar n'elles; tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1837, e mais disposições posteriores.

## Lista 1736

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL

DO DISTRICITO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 30 DE AGOSTO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional

DISTRICITO DE PONTA DELGADA

CONCELHO DE PONTA DELGADA

## Inventario n.º 477

27208 Fóro de seis alqueires de trigo, imposto em quatro alqueires e meio de vinha e quinta, sita ás Tres Cruzes, nas Capellas. Emphyteuta: Antonio Pereira de Araujo—82\$360.

27209 Fóro de dois alqueires e seis oitavas de trigo, imposto em dois alqueires e meio de terra, sita ás Tres Cruzes, nas Capellas; confronta do norte com Manuel do Rego Pinheiro e outros, do sul com caminho do concelho. Emphyteuta João Caetano Travassos—51\$475.

27210 Fóro de oito alqueires e seis oitavas de trigo, imposto em oito alqueires e tres quartas de terra, sita no lugar de S. Vicente. Emphyteuta José Botelho do Rego—120\$110.

27211 Fóro de 2\$400 réis, e oito alqueires de trigo, imposto em um alqueire e uma quarta de terra com uma casa, sita no lugar da Bretanha; confronta do norte com Sebastião Manuel Albuquerque, do sul com Canada do concelho e com Maria do Desterro. Emphyteuta João Pavão—157\$815.

27212 Fóro de 880 réis, imposto em dois alqueires e tres quartas e dezoito varas de terra, sita no Farrapo; confronta do norte com Manuel do Rego da Ponte, do sul com Luiz Jacinto. Emphyteuta Jacinto Ignacio de Almeida—17\$600.

## Inventario n.º 475

27213 Fóro de dois alqueires e duas oitavas de trigo, imposto em um alqueire e tres quartas e vinte e cinco varas de terra, sita nos Feneas da Luz; confronta do norte com Francisca Maria Viuva, do sul com Francisco do Rego da Ponte. Emphyteuta Francisco do Rego Pavão—30\$885.

27214 Fóro de um alqueire e sete oitavas de trigo, imposto em um alqueire e uma quarta de terra, sita nos Feneas da Luz; confronta do norte e sul com terra do Santissimo dos Feneas. Emphyteuta Jacinto José de Sousa, como tutor de seu filho João José de Sousa—25\$740.

27215 Fóro de seis alqueires e meio de trigo, imposto em cinco alqueires de terra, sita nos Feneas da Luz; confronta do norte com herdeiros de Anna Maria, do sul com Manuel Raposo de Mello. Emphyteuta João Ignacio da Motta—89\$225.

27216 Fóro de tres alqueires e tres oitavas de trigo, imposto em dois alqueires e meio de terra, sita nos Feneas da Luz; confronta do norte com José Mariano Cordeiro, do sul com João Ignacio da Motta. Emphyteuta Manuel Gomes—46\$330.

## Inventario n.º 486-B

27217 Fóro de seis alqueires e sete oitavas de trigo e mais uma maquia e tres quartos de outra, imposto em nove alqueires, tres quartas e vinte varas de vinha e terra, sita ás Tres Cruzes, no lugar das Capellas. Emphyteutas os herdeiros de João Caetano Travassos—95\$875.

## Inventario n.º 485

27218 Fóro de 2\$500 réis, imposto em seis alqueires e uma quarta de vinha, sita no Farrapo. Emphyteuta João Ignacio da Motta—50\$000.

27219 Fóro de alqueire e meio de trigo, imposto em alqueire e meio de vinha, sita aos Pogos, no lugar de S. Vicente; confronta do norte com herdeiros de Manuel Ferreira Diniz, do sul com Antonio José Correia. Emphyteuta João de Mello Silva—20\$590.

27220 Fóro de quatro alqueires e seis oitavas de trigo, imposto em cinco alqueires de vinha, no lugar de S. Vicente; confronta do norte com caminho do concelho, do sul com João do Rego Pavão. Emphyteuta João Rodrigues Machado—65\$205.

27221 Fóro de 2\$070 réis, imposto em quarenta e quatro alqueires de terra dividida em dois corpos, sitos nos lugares de Santo Antonio, e Lomba da Cruz. Emphyteuta João Velho—41\$400.

## Inventario n.º 486-A

27222 Fóro de 800 réis, imposto em tres alqueires de terra e vinha, no lugar de S. Vicente; confronta do norte com Antonio Francisca, do sul com José Tavares Martins. Emphyteuta Cytherio do Rego—16\$000.

Somma R. .... 910\$610

Declara-se que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos pro-

prios nacionaes, 18 de maio de 1860.—Antonio Joaquim da Silva.

## Lista 1737

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL

DO DISTRICITO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 3 DE SETEMBRO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional

DISTRICITO DE PONTA DELGADA

CONCELHO DE PONTA DELGADA

## Inventario n.º 486-B

27223 Fóro de 4\$000 réis, imposto em quarenta alqueires de matto; sita na Campellaria; confronta do norte com Manuel Joaquim Cabral Vasconcellos, e do sul com terras dos conventos extinctos de Santo André de Ponta Delgada, e de S. João. Emphyteuta D. Luzia Miquelina Soares—80\$000.

## Inventario n.º 477

27224 Fóro de meio alqueire de trigo, e mais cinco oitavas de uma maquia, imposto em meio alqueire e vinte e cinco varas de terra, sita em Fajã de Cima; confronta do norte com João Fernandes, do sul com João de Medeiros. Emphyteuta Manuel Martins de Oliveira—7\$400.

## Inventario n.º 485

27225 Fóro de vinte e cinco alqueires de trigo, imposto em quarenta e cinco alqueires de terra, sita no Pico da Cova da Ribeira Grande; confronta do norte com vinhas de João da Costa, do sul com caminho do concelho. Emphyteuta Antonio Manuel Raposo do Amaral—34\$610.

## Inventario n.º 475

27226 Fóro de 187½ réis, imposto em uma ca-

Relação n.º 83, com referencia ao districto de Coimbra, dos titulos de renda vitalicia que se remetem pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de serem entregues ás interessadas, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que têm de ser pagos pelo respectivo cofre central

NUMEROS DOS TITULOS		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECCÃO				OBSERVAÇÕES	
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOMES DAS AGRACIADAS	CLASSE INACTIVA A QUE FICAM PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TÊM DIREITO	
11886	-	Pensões	38	Maria Benedicta Emilia Oliveira Figueiredo .....	Pens.ª de consideração	36\$000	3\$000
11887	-	"	"	D. Thomazia Margarida Pereira Sá Esteves .....	Idem	117\$000	9\$750

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 28 de maio de 1860.—Alexandre José da Silva e Almeida.

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

## N.º 21

Secretaria d'estado dos negocios da guerra,

em 20 de maio de 1860

ORDEN DO EXERCITO

Publica-se ao exercito o seguinte:

## DECRETOS

Usando da facultade que me concede o artigo 3.º do decreto de 10 de setembro de 1846, hei por bem promover, sem clausula, para o contingente de artilheria expedicionario de Angola, o official e official inferior da referida arma, abaixo mencionados, aos postos que lhes vão designados, por serem os que se offereceram para aquelle serviço; capitão, o primeiro tenente do 3.º regimento, Antonio Claudio Gomes; segundo tenente, o primeiro sargento do 2.º regimento, Narciso José Mendes Falcato; outrossim sou servido ordenar, que esta minha soberana resolução fique nulla e de nenhum effeito, para qualquer dos agraciados que deixar de seguir viagem ao seu destino, ou de servir na provincia de Angola o tempo marcado no supracitado decreto.

O ministro e secretario d'estado interino dos negocios da guerra o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 25 de maio de 1860.—REI.—Visconde da Senhora da Luz.

Hei por bem promover para o batalhão expedicionario de Angola, no posto de cirurgião-mór, os cirurgiões ajudantes do regimento de cavallaria n.º 3, Miguel Augusto da Veiga Jordão, e do de cavallaria n.º 6, Casimiro Augusto da Costa, cuja antiguidade lhes será contada, para todos os effeitos, no exercito de Portugal, a que ficam pertencendo: outrossim sou servido ordenar, que esta minha soberana resolução fique nulla e de nenhum effeito, para qualquer dos agraciados, se deixar de seguir viagem para o seu destino, ou de servir na aquella provincia o tempo marcado no decreto de 10 de setembro de 1846.

O ministro e secretario d'estado interino dos negocios da guerra o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 25 de maio de 1860.—REI.—Visconde da Senhora da Luz.

Usando da facultade que me concede o artigo 3.º do decreto de 10 de setembro de 1846; hei por bem promover, sem clausula, para o batalhão expedicionario de Angola, os officiaes e officiaes inferiores de infantaria abaixo mencionados, aos postos que lhes vão designados, por serem, dos que se offereceram, os mais antigos das respectivas classes; de major, os capitães, João José Botelho de Lucena, do regimento de infantaria n.º 5, e José Roberto Marques dos Santos, do regimento de infantaria n.º 10; ao posto de tenente quartel mestre, o sargento quartel mestre, José Rogério de Sousa, do batalhão de caçadores n.º 2; ao posto de capitão, o tenente graduado em capitão, João Carlos de Salles da Piedade Lencastre, do regimento de infantaria n.º 17; e os tenentes, José Manuel Soares, do regimento de infantaria n.º 18; Ayres Augusto de Oliveira, do regimento de infantaria n.º 6; Manuel Ferreira Pires, do batalhão de caçadores n.º 8; e João José Cordeiro, do regimento de infantaria n.º 7; ao posto de tenente, os alferes, Francisco Joaquim da Gama, do regimento de infantaria n.º 11; Henrique Borges Povea, e José Maria Ferreira de Sá, do batalhão de caçadores n.º 9; Antonio Augusto Pereira de Azevedo, do regimento de infantaria n.º 14; Antonio Luiz da Gama Lobo, do regimento de infantaria n.º 2; e Antonio Henriques Móra, do regimento de infantaria n.º 9; ao posto de alferes, os sargentos ajudantes, Antonio Henriques Sampaio Ramos, do regimento de infantaria n.º 11; e Antonio Joaquim Carvalho, do regimento de infantaria n.º 2; e os primeiros sargentos, Antonio Pio Rodrigues, do regimento de infantaria n.º 10; Bernardo Firmo Camolino, e Antonio Maria da Silva Varella, do batalhão de caçadores n.º 8; José Maria Gonçalves, e José Maria Vieira, do regi-

sa, sita na Fajã de Baixo; confronta do norte com a rua de Santa Rita, do sul com Antonio Jacinto Tavares. Emphyteuta José de Sousa Delgado—3\$750.

## CONCELHO DA RIBEIRA GRANDE

## Inventario n.º 485

27227 Fóro de 8\$640 réis, imposto em seis alqueires de terra, sita ao Caminho Novo, na Ribeira; confronta do norte com José Duarte Pacheco, do sul com o padre Venancio José de Medeiros. Emphyteuta José Maria da Silva—172\$800.

27228 Fóro de 1\$920 réis, imposto em um alqueire e sessenta e seis varas de terra, sita no Caminho Novo; confronta do norte com José Maria da Silva, do sul com o padre Venancio José de Medeiros. Emphyteuta Maria Gertrudes—38\$400.

27229 Fóro de 800 réis, imposto em uma casa terrea, palhoa, sita na Ribeira Grande, na rua dos Fóros; confronta do norte com Victorino José da Cunha, do sul com Manuel Rodrigues. Emphyteuta Lauriano Joaquim—16\$000.

27230 Fóro de 700 réis, imposto em uma casa terrea, telhada, com seu quintal, sita na Ribeira Grande, na rua dos Fóros; confronta do norte com Antonio Margarida, do sul com Antonio José Cordeiro. Emphyteuta Caetano José Carneiro—14\$000.

27231 Fóro de 1\$000 réis, imposto em uma casa, sita na rua do Rego da Ribeira Grande; confronta do norte com Innocencio de Frias Continho, do sul com a dita rua. Emphyteuta Victoria Jacinta—20\$000.

27232 Fóro de 500 réis e uma gallinha, imposto em meio alqueire de terra, sita na rua detraz do Mosteiro na Ribeira Grande; confronta do norte

com Genipero, do sul com José Tavares. Emphyteuta João Duarte Pacheco—14\$000.

27233 Fóro de 450 réis, imposto em tres alqueires e meio de terra e matto, sita na Medianna; confronta do sul com Nicolau Maria Raposo, e do nascente com Antonio Dias Tavares. Emphyteuta Rosa Joanna Ruim—9\$000.

27234 Fóro de 390 réis, imposto em uma casa, sita na rua do Balcão; confronta do norte com rua publica, do sul com Miguel do Rego. Emphyteuta Victorino Correia—7\$800.

27235 Fóro de 550 réis, imposto em meio alqueire de quinta, sita na Canada de Estevão; confronta do norte com Feliciano Francisco Sardoal, do sul com Manuel Barrella. Emphyteutas os herdeiros de Manuel Tavares—11\$000.

27236 Fóro de 400 réis, imposto em uma casa alta e outra baixa, com seu quintal, sita no Rozario; confronta do norte com os herdeiros de Maria do Nascimento, do sul com rua publica. Emphyteuta João Jacinto de Gouveia—8\$000.

27237 Fóro de 600 réis, imposto em quatro alqueires e meio de terra, na Lomba de Santa Barbara; confronta do norte com herdeiros de João Luiz de Medeiros, do sul com Joaquim de Medeiros Leão. Emphyteutas José Pedro e sua mulher Rosa Maria—12\$000.

Somma R. .... 758\$320

Declara-se que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 22 de maio de 1860.—Antonio Joaquim da Silva.

Senhora da Assumpção de Collares, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.º 216—recorrente, Angelica Maria Joaquina, por seu filho Florencio, da freguezia de Mões, concelho de Castro Daire, districto de Vizeu.

Recurso n.º 218—recorrente, Maria de Paiva, por seu filho João de Paiva, da freguezia do Outeiro de Pepim, concelho de Castro Daire, districto de Vizeu.

Recurso n.º 221—recorrente, Anna Gomes de Almeida Carvalhina, por seu filho José, da freguezia de Reriz, concelho de Castro Daire, districto de Vizeu.

Recurso n.º 225—recorrente, Amaro de Almeida Barreiros, filho de Joaquim de Almeida Barreiros, do lugar e concelho da Villa de S. Pedro do Sul, districto de Vizeu.

Recurso n.º 230—recorrente, Maria Joaquina, por seu filho Manuel, da freguezia de Senhorim, concelho de Nellas, districto de Vizeu.

Recurso n.º 234—recorrente, José Maria, por seu filho José, da freguezia de Senhorim, concelho de Nellas, districto de Vizeu.

Recurso n.º 237—recorrente, Maria de Almeida, por seu filho Luiz, da freguezia de Pepim, concelho de Castro Daire, districto de Vizeu.

Recurso n.º 238—recorrente, Maria de Almeida, por seu filho Manuel, da freguezia de Figueiredo de Alva, concelho de S. Pedro do Sul, districto de Vizeu.

Recurso n.º 241—recorrente, Margarida Joaquina, por seu filho João, da freguezia de S. Felix, concelho de S. Pedro do Sul, districto de Vizeu.

Recurso n.º 242—recorrente, Antonio Rodrigues de Campos, por seu filho João, da freguezia de Canas de Senhorim, concelho de Nellas, districto de Vizeu.

Recurso n.º 242—recorrente, Anna de Almeida, por seu filho Manuel, da freguezia e concelho de S. Pedro do Sul, districto de Vizeu.

Recurso n.º 250—recorrente, Manuel da Costa, por seu filho Luiz, da freguezia de Senhorim, concelho de Nellas, districto de Vizeu.

Recurso n.º 254—recorrente, Bernardo Mendes, por seu filho José, da freguezia de Senhorim, concelho de Nellas, districto de Vizeu.

Recurso n.º 258—recorrente, João Paes, por seu filho Luiz, da freguezia do Carvalhal Redondo, concelho de Nellas, districto de Vizeu.

Recurso n.º 262—recorrente, João Martins, por seu filho José, da freguezia de Fanzeres, concelho de Gondomar, districto do Porto.

Recurso n.º 265—recorrente, Isabel Ferreira, viuva de Manuel Martins de Oliveira, por seu filho José Martins, da freguezia de Fanzeres, concelho de Gondomar, districto do Porto.

Recurso n.º 273—recorrente, Antonio Marques, por seu filho Antonio, da freguezia de Pinheiro, concelho de Tabua, districto de Coimbra.

Recurso n.º 277—recorrente, Antonia Rita, por seu filho Antonio, da freguezia e concelho de Tabua, districto de Coimbra.

Recurso n.º 281—recorrente, Maxima das Neves, por seu filho Antonio, da freguezia de Midões, concelho de Tabua, districto de Coimbra.

Recurso n.º 285—recorrente, Bernardo Antonio Correia de Sousa, por seu filho Augusto, da freguezia de Espazir, concelho de Tabua, districto de Coimbra.

Recurso n.º 286—recorrente, Rita Nunes, por seu filho Antonio, da freguezia de Oliveirinha, concelho de Tabua, districto de Coimbra.

Recurso n.º 294—recorrente, Thereza da Conceição, por seu filho Luiz, da freguezia e concelho da Louzã, districto de Coimbra.

Recurso n.º 298—recorrente, Maria da Encarnação, por seu filho Joaquim, da freguezia de Espinhal, concelho de Penella, districto de Coimbra.

Recurso n.º 301—recorrente, Francisco da Fon-

seca, por seu filho José, da freguezia de Espazir, concelho de Tabua, districto de Coimbra.

Recurso n.º 302—recorrente, Joaquina Maria, por seu filho Joaquim, da freguezia e concelho da Louzã, districto de Coimbra.

Recurso n.º 305—recorrente, Antonio Lazaro, por seu filho José, da freguezia e concelho de Tabua, districto de Coimbra.

Recurso n.º 310—recorrente, Joaquim, filho de Antonio Joaquim, da freguezia do Almargem, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.º 314—recorrente, Manuel Miguel Coutinho, por seu filho Manuel, da freguezia de S. João da Lampas, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.º 318—recorrente, João de Araújo, por seu filho Henrique, da freguezia de S. Martinho, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.º 322—recorrente, Joaquim Gaspar, por seu filho Joaquim, da freguezia de Santa Maria, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.º 326—recorrente, Joaquim da Silva, por seu filho Manuel, da freguezia da Terrugem, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.º 330—recorrente, Boaventura Antunes, filho de Victor Antunes, da freguezia de Belas, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.º 334—recorrente, Vicente Duarte, por seu filho Manuel, da freguezia do Almargem do Bispo, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.º 338—recorrente, Francisco da Matta, por seu filho José, da freguezia de S. João das Lampas, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.º 342—recorrente, Joaquim Ferreira, por seu filho Manuel, da freguezia da Terrugem, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.º 346—recorrente, Manuel da Fonseca Rosa, por seu filho Antonio da Fonseca Rosa, da freguezia do Villar, concelho do Cadaval, districto de Lisboa.

Recurso n.º 354—recorrente, Luiz Sebastião Lopes, por seu filho Domingos, da freguezia de Santo André da Cella, concelho de Alcobaca, districto de Leiria.

Por não ser applicavel a estes quarenta e cinco recrutados a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 217—recorrente, Francisco da Costa, filho de Manuel Francisco, da freguezia de Gozende, concelho de Castro Daire, districto de Vizeu.

Recurso n.º 293—recorrente, Florencio Custodio Cordeiro e Oliveira, por seu filho José Albino Maximiano Cordeiro e Oliveira, da freguezia de S. Miguel, concelho de Penella, districto de Coimbra.

Por não ser applicavel aos dois recrutados a disposição do n.º 2.º do artigo 71.º da lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 269—recorrente, Miquelina Ferreira, por seu filho Augusto Lopes Ferreira, da freguezia de Massarelos, terceiro bairro, districto do Porto; em vista da regra 1.ª do artigo 13.º da lei de 27 de julho de 1855.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 8 de maio de 1860.—REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Está conforme.—Joaquim José Ferreira Pinto da Fonseca Telles.

Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente que conferi com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 16 de maio de 1860.—José Gabriel Holbeche, secretario geral.

Conferida.—O chefe da repartição do contencioso, João Antonio Ferreira de Passos.

## TRIBUNAL DE CONTAS

No



DIRECÇÕES DE OBRAS PUBLICAS E DESIGNAÇÃO DAS ESTRADAS E PONTES	DATAS EM QUE PRINCIPALMENTE AS OBRAS	LANÇOS DE ESTRADAS				PEDRA BATIDA				MOVIMENTO DE TERRAS DURANTE O TRIMESTRE				Volumen de alvenaria em obras de arte durante o trimestre metros cúbicos	Metro de pedra seca durante o trimestre metros cúbicos	Número metro de laminares durante o trimestre	Número metro de esportilhos durante o trimestre	OBSERVAÇÕES
		PRONTOS			Em construção Metros	Em depósito no fim do anno de 1859 Metros cúbicos	Quebrada durante o trimestre Metros cúbicos	Enchada durante o trimestre Metros cúbicos	Em depósito no fim do anno Metros cúbicos	Monte de alvenaria no leito da estrada durante o trimestre Metros cúbicos	Monte de alvenaria de fora da estrada durante o trimestre Metros cúbicos	Desaforço durante o trimestre Metros cúbicos						
		Contratado até fim do anno de 1859 Metros	Contratado durante o trimestre Metros	Somma Metros														
Districto de Vianna																		
Vianna a Caminha .....	19 de maio 1857	22-166	1:425	23:591	688	207,0	814,0	359,0	662,0	-	25,0	27,0	61,0	-	340	-	N'esta estrada construíram-se duas pontes, como consta do <i>Diário do Governo</i> n.º 42, de 18 de fevereiro, e n.º 128, de 2 de junho de 1859. — Conservação.	
Neiva a Vianna .....	11 de out. 1854	12-334	-	12-334	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-		
Districto de Braga																		
Villa Nova de Famalicão ao Neiva .....	11 de out. 1854	35:666	-	35:666	92	389,7	-	389,7	-	-	-	-	-	-	18	-	N'esta estrada construíram-se anteriormente ao anno economico de 1856 a 1857 quatro pontes, como consta do <i>Diário do Governo</i> n.º 202, de 28 de agosto de 1857. — Conservação.	
Villa Nova de Famalicão a Guimarães .....	9 de dez. 1857	763	11:147	11:910	9:350	9:610,0	10:500,0	11:110,0	9:000,0	-	-	-	460,7	-	7	193	N'esta estrada construiu-se uma ponte, como consta do <i>Diário do Governo</i> n.º 42, de 18 de fevereiro de 1859. — Conservação.	
Braga a Barcellos .....	6 de maio 1857	14:265	-	14:265	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-		
Braga a Valença pelos Arcos .....	25 de out. 1858	-	2:204	2:204	5:259	3:488,4	1:469,4	3:840,8	1:117,0	2:874,5	-	1:751,2	35,7	-	428	-		
Braga a Ponte de Lima .....	8 de nov. 1858	-	2:695	2:695	2:687	801,0	1:423,0	2:151,0	73,0	235,5	947,7	86,0	160,7	17,2	78	38		
Districto do Porto																		
Porto a Amarante .....	10 de out. 1854	50:124	-	50:124	-	832,9	165,9	4,8	994,0	48,0	-	-	-	-	29	-	N'esta estrada construíram-se anteriormente ao anno economico de 1856 a 1857 onze pontes, como consta do <i>Diário do Governo</i> n.º 202, de 28 de agosto de 1857. — Conservação. — Veja-se a nota final.	
Porto a Guimarães por Santo Thyrsó .....	3 de out. 1857	2:965	630	3:595	200	15,0	556,0	571,0	-	-	-	-	-	-	58	-	Veja-se a nota final.	
Ponte do Tarrio .....	4 de out. 1858	-	-	-	-	-	-	-	-	768,0	-	121,0	627,5	-	78	-	Em construção.	
Ponte pensil no Douro ao alto da Bandeira .....	28 de maio 1856	3:272	-	3:272	-	626,2	1:159,0	794,2	991,0	-	-	-	-	-	35	-	Conservação. — Veja-se a nota final.	
Porto as Vendas Novas .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	Estudos.	
Porto por Villa do Conde á Povoa de Varzim .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Districto de Villa Real																		
Regua a Amarante .....	22 de set. 1849	38:632	-	38:632	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-	Conservação.	
Regua a Lamego .....	7:629	-	-	7:629	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	Conservação.	
Regua a Villa Real .....	24 de jan. 1853	11:189	971	12:160	1:195	-	828,7	828,7	-	1:598,9	495,6	524,0	-	1:317,7	70	131	N'esta estrada construiu-se uma ponte, como consta do <i>Diário do Governo</i> n.º 128, de 2 de junho de 1858. — Conservação.	
Ponte sobre o rio Cabril, e respectivas avenidas .....	5 de jan. 1857	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	161,4	-	17	22	Em construção.	
Salgueiral á Regua .....	15 de out. 1858	-	-	-	1:381	-	-	-	-	83,4	-	616,8	-	-	21	18		
Ponte sobre o ribeiro de Jogueiros .....	5 de set. 1859	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	635,7	172,6	-	46	8	Em construção.	
Estrada marginal (Tavora ao Têdo na margem esquerda do Douro. Têdo á foz de Mil Lobos. Ponte sobre o rio Têdo. Varosa á quinta do Melres)	12 de out. 1856	4:716	4:716	270	-	-	-	-	-	-	-	791,8	-	-	13	-		
do Douro .....	21 de fev. 1859	-	-	546	-	-	-	-	-	318,8	-	1:495,9	-	777,6	37	-		
Ponte sobre o rio Têdo .....	18 de abril 1859																	



DIRECÇÕES DE OBRAS PUBLICAS E DESIGNAÇÃO DAS ESTRADAS E PONTES	DATAS EM QUE PRINCIPALMENTE AS OBRAS	LANÇOS DE ESTRADAS			PEDRA BRITADA				MOVIMENTO DE TERRAS DURANTE O TRIMESTRE			Volumen de alvenaria em obras de arte durante o trimestre Metros cubicos	Metros de pedra secca durante o trimestre Metros cubicos	Numero madio de lavandeiros durante o trimestre	Numero madio de empreiteiros durante o trimestre	OBSERVAÇÕES	
		PROMPTOS			Em construcção Metros	Em deposito no fim de junho de 1859 Metros cubicos	Quebrada durante o trimestre Metros cubicos	Empilhada durante o trimestre Metros cubicos	Em deposito no fim do trimestre Metros cubicos	Atreos provenientes de desastros no curso da estrada Metros cubicos	Atreos viado a terra da fora da estrada Metros cubicos						Desastros para fora da estrada Metros cubicos
		Construidos fim de junho de 1859 Metros	Construidos durante o trimestre Metros	Somma Metros													
Districto de Evora																	
Vendas Novas ao pontão de Albufeira .....	11 de agosto 1849	105:316	-	105:316	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45	-	N'esta estrada construíram-se quatro pontes, como consta do <i>Diario do Governo</i> n.º 202, de 28 de agosto de 1857, e n.º 128, de 2 de junho de 1858.—Conservação.	
Ponte da Ferragella .....	5 de julho 1855	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	Concluida.	
Ponte do Cabido .....	7 de agosto 1859	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-	2 Reparação.	
Monte-mór a Evora .....	8 de out. 1856	8:429	1:840	10:269	2:364	2:386,0	2:386,0	2:852,0	5:255,0	357,0	290,8	-	-	11	104		
Evora a Alcaçor .....	1 de abril 1857	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-		
Borba a Villa Viçosa .....	23 de fev. 1859	1:048	2:952	4:000	-	2:342,0	2:277,0	65,0	3:118,0	5:066,0	254,0	54,9	27,0	15	57		
Estremoz a Portalegre .....	1 de agosto 1859	-	1:800	1:800	1:000	1:688,0	1:688,0	261,0	10:677,0	10,0	92,8	-	-	35	38		
Districto de Portalegre																	
Pontão de Albufeira á fronteira por Elvas .....	11 de agosto 1849	34:244	-	34:244	-	336,0	38,9	24,6	350,3	-	-	-	-	18	-	N'esta estrada construíram-se cinco pontes, como consta do <i>Diario do Governo</i> n.º 128, de 2 de junho de 1858.—Conservação.	
Portalegre a Estremoz .....	18 de julho 1852	25:544	1:021	26:565	1:403	17,6	1:166,6	1:166,6	17,6	2:900,0	3:862,9	1:674,6	163,6	33,9	78	67 N'esta estrada construíram-se cinco pontes, como consta do <i>Diario do Governo</i> n.º 128, de 2 de junho, e n.º 206 de 2 de setembro de 1858; e n.º 42, de 18 de fevereiro de 1859.	
Ponte do Barroso .....	15 de abril 1858	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	296,1	-	60	7	Em construcção.	
Ponte do Peso .....	1 de junho 1858	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50,4	347,4	-	22	2	Concluida.	
Portalegre a Abrantes .....	18 de junho 1852	7:830	910	8:740	1:810	-	868,5	868,5	3:540,6	539,3	-	11,6	158,0	66	16		
Ponte na Ribeira de Niza .....	15 de jan. 1853	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	260,0	152,0	2	25	Em construcção.	
Ponte das Lavadeiras a Castello de Vide .....	12 de julho 1857	890	1:372	2:262	581	1:356,0	1:356,0	-	1:825,0	3:674,5	156,0	1:528,8	458,6	67	59		
Gavião ao porto do Alamar no Tejo .....	21 de set. 1857	1:589	2:743	4:332	80	2:455,0	2:455,0	-	1:621,8	588,7	657,0	12,3	118,0	5	-	Estudos.	
Portalegre a Villa Velha .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	15	Grande reparação.	
Portalegre a Alegrete .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	Reparação.	
Ponte de Aviz .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Districto de Beja																	
Beja a Ferreira .....	24 de jan. 1850	24:443	15	24:458	785	-	378,4	378,4	-	1:328,0	685,5	-	-	46	17		
Ponte de Castello Ventoso .....	3 de nov. 1858	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	3	Em construcção.	
Ponte do Porto da Torre .....	9 de abril 1859	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	1	Em construcção.	
Ponte de Algaçá a Porto de Rei .....	27 de abril 1857	2:716	568	3:284	1:500	5,0	664,5	664,5	5,0	2:364,8	6:652,3	68,0	58,3	49	35		
Ponte de Carvalhoso .....	2 de julho 1859	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	241,3	12	14		
Ponte de Terges e Cobres, na estrada de Beja a Mortola .....	25 de set. 1858	-	-	-	-	-	-	-	-	18,4	183,0	-	554,9	53	34		
Portos sobre a ribeira de Terges proximos de Entradas e das Alber- noas, na estrada de Beja a Castro Verde .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	276,2	251,7	-	-	143,3	11	2 Grande reparação.	
Districto de Faro																	
Faro a Loulé .....	26 de dez. 1849	12:634	2:559	15:193	207	560,6	1:849,6	2:390,2	20,0	344,5	3:042,8	-	120,0	-	174	54 N'esta estrada construíram-se tres pontes, como consta do <i>Diario do Governo</i> n.º 128, de 2 de junho de 1858.	
Ponte de Marchil .....	13 de abril 1859	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	362,5	-	49	5	Em construcção.	
Faro a Tavira .....	22 de set. 1856	5:631	1:499	7:130	3:937	101,3	1:935,8	950,9	1:086,2	10:770,9	2:503,9	2:386,4	79,1	290	30	N'esta estrada construíram-se tres pontes, como consta do <i>Diario do Governo</i> n.º 128, de 2 de junho de 1858, e n.º 42, de 18 de fevereiro de 1859.	
Sommas .....		950:809 (a)	43:686 (b)	994:495 (c)	119:060 (d)	27:065,3	50:470,1	52:879,7	24:655,7	130:599,7	122:440,6	59:424,0	16:971,1	7:470,2	5:683	2:495	

(a) Corresponde a 190,1 leguas itinerarias de 5 kilometros. — (b) Corresponde a 8,7 leguas. — (c) Corresponde a 198,8 leguas. — (d) Corresponde a 23,8 leguas. — Alem da extensão mencionada de 198,8 leguas se construíram mais até fim de outubro de 1852, por conta do cofre da extincta inspecção das obras publicas e empresas particulares, 43,6 leguas; sendo nas estradas do Porto ás Vendas Novas, 15:575 metros; do Porto a Penafiel, 17:411 metros; de Coimbra á Ponte da Pedra, 2:405 metros; de Pernes por Torres Novas á Barquinha, 1:571 metros; de Arroios ás Caldas, 35:975 metros; de Lisboa ao Lumiar, 4:847 metros; de Lisboa a Cintra, 27:777 metros; de Cintra a Collares, 2:185 metros; de Bellas a Mafra, 25:802 metros; de Alhandra a Torres Vedras, 9:233 metros; e bem assim 43:335 metros na estrada do Porto a Braga, a cargo da companhia Viação Portuense, e 26:393 metros da estrada do Porto a Guimarães, parte da qual pertence ao estado, e a parte restante á mesma companhia, na conformidade do seu novo contrato. — A extensão das novas estradas, em referencia ao fim de setembro de 1859, é pois de 242,4 leguas.

Repartição de obras publicas, em 24 de abril de 1860. — *Caetano Alberto Maia*.

## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROCESSO N.º 4377

RELATOR O EX.º CONSELHEIRO VELLEZ CALDEIRA

Nos autos crimes vindos do juizo de direito da comarca de Braga, recorrente, o ministerio publico; recorridos, Domingos José da Cunha, Joaquim José da Cunha, Albino Pereira de Sousa Pedreira, Amaro José Fernandes, José Barbosa Pereira (padre), e João Pereira Branco; se proferiu o accordo do teor seguinte:

Accordam em conferencia os do conselho no supremo tribunal de justiça, etc:

Que sendo os crimes de que se tratou n'este processo, o de fabricação de moeda falsa, de que se apprehendeu a machina, e o de passadores da mesma moeda falsa, por que o ministerio publico havia querelado, como se vê do auto fl. 157 v., não só com offensa do artigo 902.º e seguintes da reforma, deixou de ser examinada competentemente pelas autoridades judicias a fabrica no local em que estava estabelecida, mas deixou de se confrontar a moeda apprehendida aos accusados de passadores d'ella com os cunhos que existiam, e faziam parte da machina apprehendida. Annullam pois o processo desde o seu começo, salvo o que respecta aos actos administrativos, e mandam que voltando tudo ao juiz de direito da comarca de Barcellos, onde a fabrica estava estabelecida, se forme o corpo de delicto conforme a lei, e siga depois o processo os termos regulares.

Lisboa, 15 de maio de 1860. — Vellez Caldeira — Cabral — Visconde de Fornos — Ferrão — Aguiar. — Fui presente, Sousa.

Está conforme. Secretaria do supremo tribunal de justiça, 24 de maio de 1860. — O secretario, José Maria Cardoso Castello Branco.

## SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA

A casa da santa casa da misericordia d'esta corte manda annunciar que no dia 9 do proximo futuro mez de junho ha de ter lugar o pagamento dos dotes ás orphãs, cujos requerimentos já se acham despatchados na contadoria da mesma santa casa, e houverem verificado os seus casamentos até ao fim do mez de abril do corrente anno.

Contadoria da santa casa da misericordia de Lisboa, 31 de maio de 1860. — O official maior, Antonio Izidoro de Almeida.

Plano para a quarta extracção da loteria do segundo trimestre do anno de 1860, que se ha de fazer pela administração da santa casa da misericordia d'esta corte, pelo methodo e com as formalidades prescritas no decreto de 28 de fevereiro de 1855, publicado no *Diário do Governo* n.º 70, de 23 de março, no decreto de 30 de dezembro de 1853, publicado no *Diário do Governo* n.º 7, de 8 de janeiro de 1859, e no decreto de 23 de março de 1859, publicado no *Diário do Governo* n.º 73, de 28 do dito mez e anno.

Será o seu capital de 36:000:000 réis, formado de 6:000 bilhetes (dos n.º 1 a 6:000), a 6:000 réis cada um em metal, e na mesma especie sairão os premios abaixo descriptos, liquidos do 12 por cento, em beneficio dos expostos da mesma santa casa, dos enfermos do hospital de S. José, dos orphãos da casa pia e do asylo de mendicidade, na conformidade das ordens regias expedidas pela secretaria d'estado dos negocios do reino, em portaria de 27 de maio de 1834 e decreto de 5 de outubro de 1838.

PREMIOS		
1 de . . . . .	9:000:000	9:000:000
1 de . . . . .	2:000:000	2:000:000
1 de . . . . .	1:000:000	1:000:000
1 de . . . . .	600:000	600:000
1 de . . . . .	500:000	500:000
2 de . . . . .	300:000	600:000
4 de . . . . .	200:000	800:000
30 de . . . . .	100:000	3:000:000
1:800 de . . . . .	78:000	14:040:000

1 ao n.º que se extrahir depois de tirados os mais premios . . . . . 140:000

1:842 premios

4:158 brancos

6:000 bilhetes que a 6:000 réis importam em 36:000:000 réis, dos quaes extrahidos os doze por cento de beneficio, é o total dos premios distribuidos réis. . . . . 31:680:000

Dos premios acima se descontará no acto do pagamento o imposto de 5 por cento, estabelecido na carta de lei de 10 de julho de 1843.

## PARTE NÃO OFFICIAL

### CORTES

#### CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 31 DE MAIO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. D. RODRIGO DE MENEZES

Sendo uma hora da tarde, e verificando-se, pela chamada, estarem presentes 43 srs. deputados:

O sr. Presidente — não havendo numero, não se pôde abrir a sessão, e por isso convida os senhores presentes a irem trabalhar para as commissões.

Relação dos srs. deputados que estiveram presentes á chamada, á uma hora da tarde, e que não completaram numero sufficiente para se abrir a sessão.

Afonso, Botelho, Canella, Antonio de Carvalho, Antonio Feio, Gonçalves de Freitas, Henriques Secco, Rodrigues Sampaio, Vaz da Fonseca, Zeferino Rodrigues, Abranches, Cypriano da Costa, Teixeira da Motta, Eduardo Cunha, Mousinho de Albuquerque, Chamigó, F. Pinto Tavares, Soares Franco, Gaspar Pereira, Carvalho de Abreu, Ferraz de Miranda, Mello e Minas, J. J. de Azevedo, Encarnação Coelho, Figueiredo de Faria, Feijó, Alarcão, J. M. da Costa e Silva, Ponte e Horta, Mello Gouveia, Julio do Carvalho, Abaim, Camara Leme, L. Pinto Tavares, Afonseca, Azevedo Pinto, Mariano de Sousa Feio, Pedro Roberto, Roberto Charters, D. Rodrigo de Menezes, Pinto da França, Simão Maria de Almeida, Thiago Horta, visconde de Pindella, visconde de Portocarrero.

Proposta de lei pedindo a approvação do decreto de 21 de junho de 1859 que regulou a administração do instituto agricola, na parte que depende de sancção legislativa, apresentada pelo sr. ministro das obras publicas na sessão de 29 de maio.

Senhores: — O decreto com força de lei de 16 de dezembro de 1852, creando o instituto agricola, autorizou o governo a fundar varios estabelecimentos indispensaveis para as demonstrações do respectivo ensino.

A carta de lei de 28 de abril de 1855 autorizou igualmente o governo a reformar a escola de veterinaria militar, a qual por virtude das disposições do decreto de 5 de dezembro de 1855, em que

se usou da referida autorisação, foi incorporada no instituto agricola, principiando-se immediatamente a edificação do hospital veterinario, e a construção das officinas anexas.

Concluidos estes estabelecimentos era urgente providencia acerca da sua direcção, administração e fiscalisação, e foi com este intuito que se publicou o decreto de 21 de junho de 1859, (*Diário do Governo* de 1859 n.º 159) cujas disposições abrangem um complexo de medidas que se não podem desligar umas de outras, sem que se altere a ordem natural das cousas, e se ponha em risco o util fim a que todas tendem.

Porém entre as provisões do referido decreto, parte d'ellas cabiam sem duvida nas attribuições do poder executivo, em quanto que a respeito de outras não se achava o governo explicitamente autorisado para as sancionar.

O governo meditou o meio de conciliar a conveniencia da organização de um importante ramo de serviço, sem offender os principios constitucionaes; e n'esta conformidade incorporou no decreto de 21 de junho todas as providencias que julgou necessarias, mandando executar as que dependiam das suas attribuições, ficando as restantes sem effeito, em quanto não fossem approvadas pelo poder legislativo.

É por estes motivos que eu venho hoje submeter á vossa illustrada consideração a seguinte

#### PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º São convertidas em lei as disposições do decreto de 21 de junho de 1859, que dependem de sancção das cortes, com as seguintes alterações:

Art. 2.º O artigo 8.º do referido decreto fica assim alterado:

Artigo 8.º Haverá na officina syderotechnica um chefe de serviço, e os mais empregados que forem necessarios, devendo o dito chefe ser provido e remunerado como o chefe de clinica do hospital veterinario.

§ unico. Alem das respectivas funcções de direcção e administração, pertence ao chefe da officina syderotechnica professar um curso da arte de ferir e forjar.

Art. 3.º Ficam eliminados o § unico do artigo 18.º e o artigo 2.º do indicado decreto; e bem assim fica suprimido o logar do mestre de ferir e forjar, a que se refere o § unico do artigo 16 do decreto de 5 de dezembro de 1855.

Art. 4.º Fica revogada a legislação contraria.

Ministerio das obras publicas, commercio e industria, em 14 de maio de 1860. — Antonio de Serpa Pimentel.

Em virtude de resolução da camara dos srs. deputados se publica a seguinte acta da reunião dos lavradores do Douro, que se effectuou em Lamego, apresentada ao parlamento pelo sr. deputado Pinheiro Osorio, em sessão de 26 do corrente.

Senhores. — A commissão que encarregastes na assembléa que se reuniu na casa da camara d'esta cidade, no dia 18 do mez proximo passado, para examinar os projectos que estavam sobre a mesa, um n'essa occasião apresentado por seu autor, o sr. Antonio Pereira Zagalo, e o outro confeccionado ultimamente pelo sr. Affonso Botelho, para dar sobre elles o seu parecer, e sobre quaesquer outros que a mesma commissão fossem presentes depois da sua instalação, vem hoje submeter á vossa judiciosa consideração o resultado dos seus trabalhos.

Foi sem duvida muito espinhosa a tarefa de que encarregastes a vossa commissão.

O Douro normal, o Douro antes da invasão do mal, que quasi tem aniquilado a sua produção, já estava em ruina. O Douro actual está perdido no rigor da expressão.

Naquelle epocha dependia dos homens, e só d'elles, attenuar-lhe o mal; hoje depende de Deus, fazendo cessar a molestia das vinhas, ou ao menos não lhe inutilizando a cura annual, unica até hoje conhecida.

Sabeis, senhores, que a ruina do Douro começou com a abolição da lei porque se governava a companhia; verdades intuitivas não se demonstram, e esta está n'esse caso; todavia, diga-se de passagem que pretender legislar igual condições por natureza designaes, é absurdo, e sendo o Douro um paiz excepcional, carecia leis especiaes para lhe igualar os seus direitos aos das outras provincias.

A antiga companhia fazia uma escassez artificial do vinho, evitava a introdução, sustentava a elevada reputação d'este genero, e por consequencia o seu alto preço.

Pela extincção da companhia viu-se logo a abundancia, a introdução, e por consequencia o barateio e o descredito.

Estava pois, senhores, só dependente dos homens a salvação do Douro, e para o sustentar na medio-cruidade, para o subtrahir á penuria, bastaria animar-se por lei, a cultura de outros generos no Douro, nos terrenos proprios para outras produções, dispensando por exemplo, o agricultor do pagamento de impostos por certo tempo, e evitar rigorosamente a introdução.

Bem vedes, senhores, quão facil em theoria se apresentam taes providencias, e contudo foi sempre impossivel realisá-las na pratica, ou quaesquer outras que conduzissem ao mesmo resultado.

Foi em vão que todas as camaras do Douro, por vezes, representaram pedindo providencias para este paiz, ferido pela inexoravel mão da desgraça. Foram baldados os esforços da associação dos lavradores do Douro. Foram de nenhum effeito os muitos projectos que appareceram, contendo providencias salutaras; porque estava escripto, no fatal livro do destino, que o Douro fosse despedido pelos homens.

Se isto aconteceu, quando as forças humanas podiam remover o mal, que fará agora, que sobre nós pesa a ira de Deus!

A vossa commissão, senhores, atterrou-se com esta consideração; porém, pensando que ainda humanamente se pôde attenuar o mal; considerando que o emorecimento é a morte moral do espirito, poz a trossa a sua imaginação, para vos apresentar algum trabalho aproveitavel.

Os dois projectos que a commissão teve a examinar, são diametralmente oppostos em suas prescrições: um pretende ampla liberdade de commercio; o outro é um complexo de medidas altamente e talvez em excesso restrictivas. O primeiro pareceu á commissão, não vantajoso no Douro; o outro pareceu-lhe impossivel de realisar-se.

Abstém-se a vossa commissão, senhores, de fazer mais detida analyse, sobre os dois projectos propostos, porque de certo não pretendeis que ella vos apresente uma dissertação de economia politica, desenvolvendo theorias com applicação ao Douro.

Ainda mais por esta vez viro a commissão, que sem que o Douro tenha um centro que o represente, será impossivel que venha a concordar-se no que elle carece: esses dois projectos destroem-se entre si. Seus autores, animados da melhor boa vontade, possuidor um de vastos e variados conhecimentos, e o outro com profundo saber das cousas do Douro, manifestam tão diversas idéas, que é inconcebivel como para se obter o mesmo fim (o bem da agricultura e commercio dos nossos vinhos) se possam propor medidas tão oppostas; e todavia um e outro projecto ha de achar defensores!

A vossa commissão porém entendeu não emitir opinião sobre nenhum d'elles, porque sem que o Douro tenha vinho, toda e qualquer providencia é nulla.

Pretendeis, senhores, habilitar o sr. deputado por este circulo, para elle dizer em cortes, qual deve ser a medida mais prompta que se pôde tomar, para arrancar á miséria os lavradores do Douro. Este o pensamento do illustre deputado, é esta a vossa vontade, é esta a missão dos commissarios por vós, e estes estão intimamente convencidos que seria mui remoto o bem que resultaria, quando qualquer d'esses dois projectos passasse por lei, e que no intervallo se aniquilaria a lavoura.

Não é contudo contradição a vossa commissão, se de passagem demonstrar, que evitar a introdução é uma imperiosa necessidade, e essa succinta demonstração não importa a emissão de idéas oppostas á amplissima liberdade de commercio, porque esta não permite a fraude, nem o contrabando.

Os vinhos do Douro, são sem duvida nenhuma os melhores de Portugal, e os de mais caro grangeio; e um dos seus melhores predicaes (no que elles são muito superiores aos outros) é em melhorarem successivamente com o tempo; e sem nenhuma outra confeição mais, do que a de aguardente, a chegar a tornar-se em finissimo licor. É certo porém que os outros vinhos se compõem, em novos, de modo que dando-lhes a cor, doçura, corpo e espirito, que a natureza lhes negou, se confundem com os do Douro, porém envelhecendo, perdem as qualidades emprestadas, e desaparecendo d'elles, fica o liquido base, com as sós qualidades nativas.

Introduz-se vinho verde para dentro da demarcação, mistura-se-lhe baga de sabugueiro, arrobe, melao, ou assucar, e grandes dozes de aguardente,

e ei-lo ahí com toda a apparencia de vinho genuino, illudindo a vista mais aguda, o mais fino paladar, e o mais apurado olfacto.

Isto não é liberdade de commercio, é uma fraude: prepare quem quizer assim o seu vinho, mas dê-lhe o nome da localidade onde é produzido, e venda-o lá.

Para que a liberdade do commercio podesse ser para aqui applicada, era mister que os vinhos produzidos dentro da demarcação se podessem, com igual vantagem, ir introduzir nas outras provincias, mas isso é que é impossivel, por ser intuitivo que de vinho maduro se não pôde fazer verde, sem perda do producto, attendendo á differença do custo do grangeio; e não é menos evidente, que sendo vantajoso para os possuidores de vinhos verdes, gastarem em beneficia-los, pagarem carretos, e virem vendendo-os como do Douro, seria grande desvantagem que estes fossem tomar o logar d'aquelles. Portanto a introdução é uma verdadeira usurpação, tomada só n'este ponto de vista; mas, senhores, isto é o menos, o peor é augmentar essa introdução a abundancia, e produzir o barateio, e peor ainda, irem esses vinhos para o mercado estrangeiro desacerdado de os Douro, com cujo nome são exportados, porque quanto mais velhos se vão fazendo, peiores se vão tornando.

Fica, pois, demonstrado que indo a introdução muito alem do que a boa fé permite, por ser uma usurpação ao producto, e um logro ao consumidor, não pôde nunca moralmente tolerar-se, por maior latitude que se dê á liberdade do commercio.

Permitti, senhores, uma comparação palpavel.

O commercio do enxofre é livre; mas nunca será licito que se lhe misture farinha de tremoços, ou outro qualquer ingrediente, como já começa a succeder, desde que se applica ás vinhas como remedio contra o *oidium*. Essas misturas é um trafico immoral e torpe, ou antes um roubo.

Se pois o Douro não pôde obter privilegios, que pelas leis lhe seriam talvez devidos, não pôde prescindir dos que lhe deu a natureza.

Se a vossa commissão, senhores, não pôde admitir para o Douro a ampla liberdade de commercio, pelo abuso que d'ella se faz, ou pela sua errada interpretação, também não vos proporei medidas de tal



não convidando os jornaleros, nem mesmo admitindo-os a empregarem-se nas obras publicas na época das cavas.

Terá portanto o sr. deputado, segundo o pensar da vossa commissão, de apresentar ao parlamento um projecto de lei, em que desvolva os cinco seguintes quesitos:

1.º Estabelecer o governo de Sua Magestade depositos de enforse no Douro, que venderá aos lavradores sem lucro, sendo o pagamento feito depois de vendida a immediata futura novidade, em seguida ao enforse, e sendo hypotheca da divida a mesma novidade.

2.º Proibir a introdução de vinhos estranhos para dentro da demarcação.

3.º Estabelecer um banco rural pelo methodo do sr. Felix Manuel Borges Pinto, desenvolvido no seu projecto.

4.º Organizar a lavoura dos vinhos do Douro, segundo o projecto apresentado na camara de Lamego em 4 de fevereiro de 1849, por elle approvado, pela assemblea de lavradores n'esse dia reunida, e por todas as camaras municipaes do Douro.

5.º Despedir dos trabalhos publicos os homens de enxada e cutello nos mezes de março e abril.

Lamego, em sessão da commissão de 19 de março de 1860.—Presidente, Antonio Pereira Zagallo—relator, Francisco de Mello Peixoto—Antonio Taveira Cardoso—Stímulo José Pereira—secretario, Antonio Alves da Fonseca.

Conferida.—Lamego, 31 de março de 1860.—O escrivão da camara, José da Encarnação Pereira do Loureiro.

## NOTICIAS DO REINO

### CONTINENTE

Porto.—O Commercio do Porto publica as seguintes noticias acerca das obras feitas em a nova alfandega d'esta cidade:

«Os jornaes vencidos na semana finda em 26 do corrente, e pagos homtem aos operarios que trabalharam nas obras da edificação da nova alfandega, importaram em 1:115.000 réis.

«Estas obras estão já com algum desenvolvimento, e dizem-nos que se fazem preparativos para dar mais extensão aos trabalhos. Entre outras obras, centenaes de operarios trabalham hoje na construção dos novos canos de despejo da cidade, que hão de substituir os antigos, e na construção de um muro de suporte que deve dividir a rua baixa junta dos predios, a qual tem uma largura muito conveiente, da nova estrada da Foz. A argamassa e beton para estas obras é fornecido por uma officina que em pouco tempo se montou com varias machinas, sendo uma d'ellas movida por um cavallo, e as outras por homens.

«Consta-nos que se encomendaram dois grandes tonéis para fazer argamassa, que são esperados para se estabelecer uma grande officina de argamassa e beton, na qual o trabalho principal deve ser feito por uma machina locomovel, que veio ha tempos, da força de seis cavallos, e saída das officinas do machinista F. Calla. Esta officina a vapor é destinada quasi exclusivamente para fabricar o beton necessario para os alicerces do edificio, continuando a officina actual a trabalhar para as obras que hoje estão em andamento. Parece que se quer formar esta officina na cerca do antigo convento de Moncheque, para o que ha muito se solicitou a necessaria licença.

Louzada.—No dia 22 do mez proximo passado começou no tribunal d'esta comarca, conforme escreve o Nacional, o julgamento dos réus Antonio Ribeiro, da Magalhães, e mais sete associados, e duas mulheres, todos accusados de complices e filiaes na quadrilha de José do Telhado. A audiencia durou até á madrugada de domingo 27, em que o jury decidiu, que se provava ser socio da quadrilha sómente a Magalhães, que foi condemnada em dez annos de degredo para Africa; o Manuel, caseiro do Pazo de Unhão, condemnado em quinze annos; e o Juliano, condemnado em outros quinze: os sete restantes foram todos absolvidos, e apenas um foi condemnado a um mez de prisão, como jogador da vermelhinha.

Vianna do Castello.—Esta cidade tambem vae ter theatro lyrico por algum tempo, ainda que breve. Eis o que a similhante respeito escreve a Aurora do Lima:

«Sabemos que o sr. Angelo Alba, que tem sido empresario de varias companhias lyricas na cidade do Porto, e que já o foi tambem no theatro d'esta cidade, tem escripturado uma companhia lyrica, com que tenciona vir em meados do proximo mez de junho dar dez recitas no theatro d'esta cidade.»

Villa Real.—Esta villa inscreveu o seu nome, no dia 27 do passado, nos annos da associação. Segundo escrevem ao Nacional, fundou-se ali n'este dia uma associação de socorro muito para as classes laboriosas. A mencionada correspondencia tece muitos elogios ao presidente e aos outros membros da associação que tiveram o pensamento iniciador d'esta boa obra, e que muito contribuiram para ella se realizar.

## NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 28 de maio ultimo, e de Paris até 26 do mesmo mez.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

—Despachos dados pelo jornal El Dia:  
Paris, 26 de maio.—O Pays contradiz-se em as noticias que publica relativamente á Sicilia, porém dá as ultimas como mais verosimeis. Diz que um despacho de 24 annuncia, que até ao dia 22 não tivera logar combate algum; que no dia 24 declarou o general Salzano, que não se responsabilizava pelas consequências que poderia ter a sua resolução, mas que estava resolvido a defender a todo o transe a praça do seu commando.

Os estrangeiros residentes em Palermo retiraram-se para os navios das suas respectivas nações.

Os revoltosos occupam as alturas que dominam a cidade, e suppe-se que o ataque terá brevemente logar.

Marselha, 27.—Napoles gosa de socego, a policia continua exercendo a maior vigilancia.

A Gazeta de Turim publicou um despacho de Palermo datado de 24, que confirma a acção em que Garibaldi venceu os bavares, que estão ao serviço de Napoles. Este triumpho provocou o sitio de Palermo, que Garibaldi estabeleceu á frente de 9.000 homens, achando-se dentro da cidade 20.000.

Londres, 26.—A camara dos commons continua occupando-se do imposto sobre o papel. Esta camara viu com desgosto a resolução adoptada na camara dos lords, e nomeou uma commissão encarregada de examinar os precedentes da camara alta em materia de votação de contribuições.

Tratando-se dos assumptos de Napoles, lord Palmerston censurou o governo d'este paiz.

Munich, 26.—O rei Maximiliano da Baviera projecta uma viagem á corte de Wurttemberg.

Paris, 26.—Affirma-se que o ministro dos negocios estrangeiros da França dirigiu uma nota ao embaixador francez na Russia, reportando-se ao tratado de 1856, o qual prohibe ás potencias o intermetterem-se nos negocios da Turquia e na administração d'aquelle imperio. Suppe-se, em vista d'isto, que as potencias se limitarão a recordar ao

sultão as promessas que fez na parte relativa aos christãos.

Napoles, 25.—As alturas occupadas pelos garibaldinos distam seis milhas de Palermo. Apenas elles as occuparam, houve uma acção que não teve resultado algum definitivo. As tropas reaes regressaram a Palermo.

Napoles, 26 á noite.—Na madrugada de homtem derrotámos e perseguimos os revoltosos, que soffreram perdas de consideração. Outra columna avançou para Piana.

Napoles, 27.—Os revoltosos foram derrotados em Piana. Garibaldi retirou-se para Cortegno.

### NAPOLES

Na manhã do dia 20 de maio, diz a Correspondencia de Espana, desembarcou em Palermo o general Lanza, que immediatamente assumiu o commando das tropas, e mandou publicar diferentes proclamações que levava já preparadas; celebrando depois um conselho de guerra no qual censurou o seu predecessor pela incapacidade de que deu provas, e pela falta que commettera, não mandando occupar e fortificar devidamente os dois desfiladeiros de Calatani, que tão facilmente se podem defender. Esta falta é tanto mais grave, porque os ditos desfiladeiros são os dois únicos pontos pelos quaes se pôde ir desde Marsala até á provincia de Palermo. O general napolitano tambem lamentou que as columnas mandadas contra os revoltosos não tivessem força sufficiente para, em caso de victoria, alcangarem sobre elles vantagens decisivas.

«Não sendo já tempo de evitar estes transtornos, o general Lanza viu-se obrigado a adoptar outras disposições, taes como a concentração de todo o seu exercito sob as muralhas de Palermo, a construção de reductos que dominam as estradas, e a collocação das tropas do modo que todas possam tomar parte na batalha, que, sem grande demora, deve ter logar. (La Correspondencia de Espana).

### PRUSSIA

Como foi annunciado pelo telegrapho, teve effectivamente logar no dia 23 de maio ultimo o encerramento das camaras prussianas. No seu discurso, o principe regente declarou que nas questões europeas o seu governo adoptará sempre soluções, que correspondam ás exigencias do equilibrio politico, e depois de fazer allusão ás dissensões entre os diversos governos allemães, manifestou a confiança de que todos esses governos se unirão, «na inabalavel fidelidade á patria, e na intima convicção de que a independencia da nação e a integridade do territorio são bens de tal valor, que todas as divergencias internas devem desaparecer perante estas considerações.»

Além do resumo d'este discurso, temos á vista o extracto da sessão da camara dos deputados, em que um deputado liberal, assustado pelo boato de uma alliança entre a França e a Russia, pediu uma alliança intima entre a Inglaterra e a Prussia. O ministro dos negocios estrangeiros entendeu não dever responder ao orador. Um despacho de Berlin attribue a alguns membros do corpo diplomatico a tencão de influir para que o governo dê explicações relativas áquelle discurso.

O principe regente saiu de Berlin no dia 24, a fim de assistir á inauguração do caminho de ferro de Trèves a Saarbrück. Esta viagem foi a principio annunciada, depois desmentida, e isto basta para que a opinião lhe fique certa importancia.

### DINAMARCA

O protesto dinamamarquez contra a ingerencia da Allemannha na questão de Schleswig é confirmado pelas noticias de Berlin, datadas de 22 de maio ultimo. Porém o facto a que se attribui a attitudem mais enérgica da Dinamarca, o de uma alliança entre este estado e a França, é desmentido pelas proprias cartas de Copenhagen. Estas cartas dizem que a alliança com a França é ali muito desejada, porém que até hoje não se concluiu ainda alliança alguma.

### INGLATERRA

O governo inglez acaba de dar publicdade ás notas do seu consul em Genova, que dão conta do embarque de Garibaldi. Estes documentos, que versam sobre factos já conhecidos, têm por unico merito mostrar quanto, nos proprios logares e no momento da execução, se estava pouco informado do que se preparava. Na sua principal nota, o consul não sabe ainda se a expedição deve ser commandada por Garibaldi em pessoa; crê que elle vae para os Abruzzos, e não sabe ao certo qual o numero das forças da expedição. N'uma nota subsequente, elle eleva a mil o numero dos voluntarios, e designa Bugliasso, a tres leguas de Genova, como o logar do embarque.

A incerteza que se nota nos documentos a que alludimos destroe completamente a idea de communiencia por parte dos inglezes. (La Presse.)

## NOTICIAS CIENTIFICAS

### OBSERVATORIO METEOROLOGICO

#### ESPANHA D. LUIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millímetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	755,04	18,4	61,2
3 t.	754,93	21,2	53,2

DIA 30.	
Maxima—temperatura.....	25,0 C.
Minima.....	14,5 „
Ozeo (de noite).....	3,5 „
Chuva (de dia).....	3,5 „
Chuva (de noite).....	0,0 mil.
Evaporação (vaporimetro).....	12,8 „
Altura barométrica correcta.	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

## NOTICIAS COMMERCIAES

### MOVIMENTO MARITIMO

#### BARRA DE LISBOA

Dia 31 de maio

#### EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Douro, paquete inglez a vapor, capitão T. Barron, de Liverpool em 6 dias e meio, com ferro e mais generos, a G. A. Hancock & Comp.; 16 pessoas de tripulação e 1 passageiro. Entrou homtem ás 8 horas e 1 quarto da noite. Conduz a seu bordo 12 homens da galera americana R. M. Mills, que no dia 27 do corrente encontrou na latitude 47° 38' N., e longitude 7° 56' O. de Greenwich, a qual tendo saído de Glasgow 16 dias antes, com carga de ferro e carvão, e destino para Genova, havia aberto agua, e foi por isso abandonada. O capitão P. A. Sturgess, sua mulher, uma filha, uma dispenseira, os dois pilotos e o mestre de vellas seguiram para Londres na escuna ingleza Stank, e o resto da guarnição vem n'este vapor para Lisboa. O navio estava já sem gume e mastro do traquete, por li'o haverem cortado; e quando o perderam de vista ainda se achava a nado.

Conceição de Maria, badeira, mestre J. L. Coelho, de Setubal em 2 dias, com carvão; 6 pessoas de tripulação.

Vasco da Gama, hiate portuguez, mestre A. S. e Silva, de Sines em 3 dias, com carvão e casca; 7 pessoas de tripulação.

Pride, chalupa ingleza, capitão E. Leriman, de Londres em 14 dias, e de Falmouth em 6, em lastro, a J. Beson; 6 pessoas de tripulação.

Galgo, brigue portuguez, capitão A. A. Pereira, da ilha da Madeira, em 11 dias, com vinho e encomendas, a C. de Abreu & C.; 12 pessoas de tripulação, 2 mallas e 30 passageiros, que são: João de Freitas e Almeida com 6 pessoas de familia, doutor em direito; M. F. Dias e sua mulher, major; Luiz Augusto da Camara, alferes; Fernando Ferreira Jardim com 4 pessoas de familia, Alexandre José do Couto com 2 pessoas de familia, negociantes; Alexandre de Vasconcellos Brandão e Mello, estudante; Damão Afonso, estudante; João Pereira, Antonio de Sousa, creados; D. Umbelina Augusta de Macedo, D. Emilia Fortunata Cardoso; portuguezes: T. S. Trejelles, com 2 pessoas de familia; J. M. Naughton, A. Fletcher, sem empregos; inglezes: A. Hollwoort, sem emprego, allemão.

Lisboa, paquete portuguez a vapor, capitão F. A. Contente, do Porto em 14 horas, com diversas fazendas, a G. A. Hancock & Comp.; 25 pessoas de tripulação, 1 mala e 80 passageiros.

Senhora da Conceição, hiate portuguez, mestre A. T. Paes, do Porto em 2 dias, com madeira; 6 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: A. Pinho, Manuel Pinho, lavradores; portuguezes.

#### EMBARCAÇÕES SAIDAS

D. Pedro, paquete inglez a vapor, capitão W. Kennedy, para Setubal e Londres, com batata, fructa e mais generos; 16 pessoas de tripulação. Saliu homtem ás sete horas e tres quartos da noite.

Julia, rasca, mestre J. C. Senna, para a Vieira, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Ave Maria, cabique portuguez, mestre J. M. Franco, para Peniche, com sal; 6 pessoas de tripulação e 4 passageiros, que são: Jacinto de Santa Anna, marítimo; Maria Joaquina, Anna Joaquina com 1 menor; portuguezes.

Conceição Feliz, hiate portuguez, mestre A. Rodrigues, para Villa Nova do Milfontes, em lastro; 7 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: Joaquim Cascaes, Manuel Ribeiroadina, trabalhadores; portuguezes. Estes tres navios foram registrados homtem e saíram hoje, tendo-se demorado na enseada de Paço de Arcos.

S. Manuel 2.º, barca portugueza, capitão P. J. da Rosa, para o Porto, com café e madeira; 18 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: Maria Julia da Trindade, e Emilia Rosa da Silva; portuguezes.

Santa Rita, cabique portuguez, mestre T. Nunes, para Faro e Olhão, com trigo e encomendas; 7 pessoas de tripulação e 6 passageiros, que são: João Verissimo Pereira Correia, negociante; Joaquim José, carpinteiro; Manuel Joaquim Gaspar da Silva, ferreiro; Joaquim Fernandes Vieira, com um filho, marítimo; portuguezes.

S. Thiago, hiate portuguez, mestre C. A. Marreiros, para Sines, com trigo e encomendas; 8 pessoas de tripulação.

Junco, escuna dinamamarqueza, capitão C. Kura, para Tavira, em lastro; 6 pessoas de tripulação e 1 passageiro que é M. Burt, guarda-livros; inglez. Frederico, patacho portuguez, capitão M. Pereira Junior, para as ilhas de Cabo Verde, com lagedo e encomendas; 12 pessoas de tripulação, e 11 passageiros, que são: Luiz Bento Silva, negociante; portuguez: A. Anzanot, J. Anzanot com 3 pessoas de familia, negociante; M. Azaguri com 3 pessoas de familia, sem emprego; marroquinos.

Germano, polaca sarda, capitão F. Dodero, para Genova, com salga parvella, marfim e mais generos; 10 pessoas de tripulação, e 2 passageiros, que são: Constança Ghone; portugueza: M. Mage, fabricante; sardo.

Novo Paquete, barca portugueza, capitão M. F. de Sousa, para Moçambique e Goa, com vinho, feragens e varias miudezas; 16 pessoas de tripulação, e 85 passageiros, que são: Manuel Joaquim Afonso com 1 criado, contador geral de Moçambique; Frederico Grote, negociante; 12 praças de pret, commandadas pelo furriel João Antunes, que escoltam 60 degradados, com 9 mulheres; portuguezes.

Bordo do vapor Infante D. Luiz, em frente de Belem, em 31 de maio de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

### TELEGRAPHIA ELECTRICA

#### BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 30 DE MAIO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 28

Não entrou embarcação alguma.

Saiu o vapor inglez Bragança, para Liverpool. Fóra da barra ficam: hiate portuguez Oliveira, e um patacho.

O mar está.—O vento esteve N. regular, continuando ainda.

Do dia 29

Entradas.—Portuguezes, vapor Lisboa, de Lisboa em 19 horas; hiate Heroísmo, de S. Miguel em 10 dias; inglezes, vapor Stella, de Cadiz em 4 dias; escuna Estremadura, de Glasgow em 18 dias.

Saídas.—Portuguezes, hiates S. João Baptista, para Aveiro; Senhora da Conceição, para Lisboa; Sociedade do Mondego, para a Figueira.

Fóra da barra não se avista embarcação alguma. O mar está bom.—O vento esteve N. regular, e agora N. brando.

De Vianna do Castello, do dia 28

O vapor de guerra portuguez Lynce fundeu na calla da barra, e recebeu ordens.

Em Espozende não entrou nem saiu embarcação alguma nos dias 24 e 25.

Do dia 29

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O vapor de guerra portuguez Lynce está ancorado na calla da barra, por causa do vento.

De Caminha, do dia 28

Entrou o hiate Bom Jesus do Monte, arribado. Saiu o hiate Alleluia, para Lisboa.

Mar bom.—Vento N.

Do dia 29

Entrou o hiate Estrella de Caminha, de Sevilha, em lastro.

Mar bom.—Vento N.

De Setubal, do dia 27

Entrou a badeira portugueza Saudade, de Lisboa, com varios generos.

Não saiu embarcação alguma.

Vento NO.

Do dia 28

Entrou a galera americana Lavy Woodbing, do Havre de Grace, em lastro.

Saídas.—Portuguezes, badeira Flor dos Santos, para Lisboa, com carvão; hiate Estrella 4.º, para o Porto, com sal.

Vento NNO.

Do dia 29

Não entrou embarcação alguma.

Saídas.—Portuguezes, hiates Beijinho e Deszeis de Setembro, ambos para o Porto, com sal; Dois Amigos, para Caminha, com sal; badeira Conceição de Maria, para Lisboa, com carvão; brigue suco Torlades, para Stockholm, com sal.

Vento NO.

De Villa do Conde, do dia 26

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Do dia 27

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

De Aveiro, do dia 27

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Do dia 28

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

De Figueira, do dia 28

Não entrou embarcação alguma.

Saiu o cabique portuguez Senhora da Conceição e Almas, para Olhão, com varios generos.

Fóra da barra estão tres hiates e uma badeira fundeadas.

Mar bom.—Vento variavel.

Sonda da barra 3.º, 08.

Do dia 29

Não entrou embarcação alguma.

Saiu o cabique portuguez Jesus Maria José, para Olhão, com varios generos.

Fóra da barra estão quatro embarcações arribadas.

O mar está bom.—Vento NNE.

Da Ericeira, do dia 28

Entrou o hiate Oliveira, de Vianna, com milho.

Não saiu embarcação alguma.

Mar picado.—Vento N.

Do dia 29

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

De Tavira, do dia 28

Não entrou embarcação alguma.

Saídas.—Hiate portuguez Oliveira, para Lagos, com encomendas; tres botes portuguezes, para a ilha Christina, com attum fresco.

Bom tempo.—Vento NE. de manhã, de tarde O.

Do dia 29

Entradas.—Portuguezes, cabiques Sacramento e Mariz, de Gibraltar, em lastro; Santo Antonio e Almas, de Lisboa, com cereaes e encomendas; tres botes, da ilha Christina, em lastro.

Saídas.—Dois botes portuguezes, para a ilha Christina, com attum fresco.

Hontem de tarde entrou o cabique da guerra portuguez Mindello, pertencente á esquadrilla.

De Villa Nova de Portimão, do dia 25

Entrou o cutter de guerra portuguez Ligeiro, do cruzeiro.

Não saiu embarcação alguma.

O mar está bom.

Do dia 26

Entrou o falucho hespanhol Joven Manuelito, da ilha Christina em 1 dia, em lastro.

Saídas.—Cabiques portuguezes, Senhor Jesus das Almas, para Olhão em lastro; Senhora da Conceição, para Faro com madeira; e Santo Antonio e Almas, para Olhão em lastro.

Mar bom.—Vento NO. fresco.

Do dia 27

Entradas.—Portuguezes, hiate Jesuina, de Lagos em 2 horas, com esparto; cabique Villa Nova de Portimão, de Lisboa, em 24 horas, com varios generos.

Mar bom.—Vento variavel.

Do dia 28

Entrou o falucho hespanhol Virgem das Augustas, de Ayamonte em 1 dia, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.

O mar bom.—Vento variavel.

Do dia 29

Entrou o cabique portuguez Novo Brillante, de Olhão em 1 dia, com milho.

Não saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento variavel.

De Lagos, do dia 25

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Demamand o ancoradouro um brigue francez, e uma escuna ingleza.

Mar bom.—Vento N.

Do dia 26

Ancorou o brigue francez Ludevice, de Sevilha, com destino para Bordeaux; escuna ingleza Dapne, de Cadiz para Plimouth; ambos arribados por causa do tempo; hiate portuguez Gemina, de Carbonera, com palma.

Mar bom.—Vento N. fresco.